

# Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi

*Larissa Bueno Ambrosini<sup>1</sup>*

*Eduardo Ernesto Filippi<sup>2</sup>*

---

## RESUMO

Da concepção de desenvolvimento como crescimento econômico aos novos paradigmas do Desenvolvimento Rural, o papel da atividade agrícola nas sociedades ocidentais desenvolvidas sofreu profundas alterações. Nesse contexto, abordagens territoriais visam superar análises setoriais no mundo rural e colocam em evidência questões sociais e ambientais. Esse trabalho tem como objetivo analisar uma dessas abordagens, o Sistema Agroalimentar Localizado – SIAL, sob a ótica da economia substantiva de Polanyi, com vistas à reprodução social de comunidades rurais.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural, economia substantiva, sistemas produtivos localizados, território; Polanyi.

---

## INTRODUÇÃO

A 'era do desenvolvimento', segundo Rist (1996), se inicia em 1948, fundada a partir da política estrangeira americana em um mundo dividido geopoliticamente pela guerra fria. Nesse período, o desenvolvimento seria considerado um fim em si mesmo e sinônimo de crescimento econômico. No contexto agrícola, a lógica industrial e o desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, geraram a Revolução Verde, baseada na especialização e na produção de larga escala, o que, em países como o Brasil, agravou o quadro de desigualdade social.

A partir dos anos 1980, duas situações têm sido postas em evidência: a crise do modelo fordista de produção, e o florescimento de iniciativas baseadas em dinâmicas localizadas, pequenas e médias empresas (PMEs) e laços comunitários fortes. As limitações econômicas e sociais do modelo, além de suas conseqüências ambientais, passam a exigir uma abordagem, acerca do desenvolvimento, que considere as dimensões da natureza e das relações sociais inseridas no paradigma da sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Département Qualité et Economie Alimentaires, Unité de Recherche Typicité des Produits Alimentaires em ENITA Clermont e doutoranda em Ciências de Gestão na Université Clermont I

<sup>2</sup> Professor no Programa de Pos-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande Sul, Doutor em Economia Política pela Université de Versailles

Assim, arranjos econômico-sociais, onde além da motivação do lucro e da eficiência, próprias aos sistemas de mercado, forças sociais interagem, são relevantes e determinam algum grau de dinamismo econômico para as populações locais e estão sendo postos em evidência (ABRAMOVAY, 2003; BRYDEN, 2000). Novas abordagens visam compreender esses processos de desenvolvimento levando em consideração elementos culturais, sociais, que apresentam potencial de: coesão entre a comunidade envolvida e geração de externalidades positivas (BILLADOUT, 2002).

De uma certa forma, e paradoxalmente, alguns elementos são tributários da perspectiva da economia substantiva de Karl Polanyi (1977a, 1977b, 1977c, 1977d). Tributários porque são sistemas econômicos enraizados - '*embedded*', na vida social, tanto para quem produz, que está 'informado' por valores éticos mais abrangentes que o lucro e o ganho individual, quanto para quem consome, que compra não apenas um produto, mas valores culturais, históricos, etc. Paradoxalmente porque o autor sustentava que uma economia de mercado só seria possível em uma sociedade de mercado, o que fatalmente tenderia a destruir os laços sociais.

Os Sistemas Agroalimentares Localizados são "formas particulares de SPL – Sistema Produtivo Localizado"<sup>3</sup> (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002, p. 2) relacionados à concentração espacial de Agro-indústrias Locais (AIR). A especificidade do SIAL consiste no tipo de produção, alimento, e nos laços comunitários que permeiam tanto a horizontalidade quanto a verticalidade do sistema. Tais laços emergem sob a forma de um produto que se diferencia nas relações de mercado que estabelece.

Em termos de produção, o relacionamento entre os atores é construído, influenciado pela experiência histórica e sua capacidade de identificação com um território específico. Isso favorece a solidariedade e a acumulação de um patrimônio cultural para a coletividade (AZEVEDO, 1996). Entretanto, "nessa perspectiva, os Sistemas Agroalimentares Localizados não são apenas outro tipo de 'cluster' ou SPL: sua integração vertical à uma cadeia de produção alimentar não se refere apenas à sua ligação com a atividade agropecuária, mas inclui também sua integração horizontal em um sistema local fortemente relacionado ao manejo de alguns recursos naturais e culturais"<sup>4</sup> (REQUIER-DESJARDINS, BOUCHER, CERDAN, 2003, p.21).

A economia substantiva pretende compreender o homem enquanto coletor, caçador, criador, artesão, consumidor, bem como, compreender o papel da natureza e as decorrentes 'interpenetrações' entre ambos. Trata-se, portanto, de ampliar o quadro analítico e inverter a lógica de ação baseada na maximização do ganho, pois é a dimensão social que 'informa' a ação econômica. Em princípio, o que une os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) e a 'economia substantiva' é a forma de abordagem das relações econômicas, inseridas em um contexto social, onde a chave é a reprodução social.

<sup>3</sup> "*formes particulières de SPL - Système Productif Localisé*"

<sup>4</sup> "*In this perspective Local Agrifood Systems are not only another type of cluster or LPS: their vertical integration to food commodity chains must be addressed not only by reference to their link with agriculture but also to their 'horizontal' integration in a local system strongly related to the management of some natural and cultural resources.*"

O objetivo desse ensaio é analisar os SIAL através das forças sociais que lhes dão vitalidade, discutindo sua capacidade em gerar outros valores, além dos econômicos, e contribuir para um 'modelo' de desenvolvimento rural mais eqüitativo, sustentável do ponto de vista ambiental e social; possuindo a qualidade do que Polanyi chamaria de re-enraizamento - *re-embedded*, já que o mercado se instala, mas elementos sociais parecem permanecer.

Dessa forma, na primeira parte do trabalho, faremos uma breve problematização da questão do desenvolvimento, analisando o modelo baseado no crescimento econômico, suas conseqüências na agricultura e justificando a emergência de novas abordagens. Em seguida, analisaremos os aspectos concernentes à produção e ao consumo dos Sistemas Produtivos Localizados, sublinhando as relações horizontais e verticais construídas no seu entorno. Na terceira seção, retomaremos a noção de economia substantiva, apresentando os elementos que contribuirão para nossa análise. Finalizando, discutiremos a lógica do SIAL à luz da economia substantiva de Polanyi, discutindo sua capacidade de estar 'embedded' na vida das comunidades, e sua constituição enquanto estratégia viável para um modelo de desenvolvimento rural sustentável (PLOEG *et al.*2000; MARSDEN, 2003).

### **'A ERA DO DESENVOLVIMENTO'**

Nos últimos cinqüenta anos, a noção de 'desenvolvimento' atinge um interesse generalizado em dois momentos e por razões distintas. O primeiro será após a Segunda Guerra e os anos que se seguiram, os 'Trinta Gloriosos', que estiveram sob a égide da *possibilidade de desenvolvimento*. O segundo momento será nos anos 1990, mas desta vez, e conseqüência dos resultados da 'era do desenvolvimento', marcado pela *impossibilidade de desenvolvimento* (NAVARRO, 2002).

Segundo Rist (1996), a 'era do desenvolvimento' inicia em 1948 com a política estrangeira americana em plena efervescência, a partir do 'Point IV' do presidente Truman, que foi um prolongamento dessa política externa, e que dizia respeito às nações 'desfavorecidas'. O *Point IV* tratava da 'disposição' americana em levar aos 'povos pacíficos' suas reservas de conhecimentos técnicos a fim de melhorar as condições de vida desses últimos.

O desenvolvimento seria, a partir de então e por longo período, considerado como um fim em si mesmo e sinônimo de crescimento econômico, idéia endossada por escolas de pensamento e disciplinas como Economia e Sociologia do Desenvolvimento. Tal concepção serviu para fundamentar o "modelo civilizatório ocidental, capitalístico, enquanto paradigma universal" (SOUZA, 1995, p. 99). Exemplar nesse sentido será a obra de Walt W. Rostow, 'The Stages of Economic Growth, A Non-Comunist Manifesto', de 1960, onde o problema é colocado, de uma parte, em como as nações descolonizadas, tomando por base a história econômica européia, poderiam estimular um crescimento que as levaria ao desenvolvimento; e, por outro lado, o autor tentava demonstrar

porque o comunismo, “uma espécie de doença<sup>5</sup>”, não poderia oferecer os meios para atingir tal objetivo (RIST, 1996, p.154).

A introdução dos conceitos desenvolvimento/sub-desenvolvimento, em um mundo dividido geopoliticamente pela guerra fria, além de estabelecer uma idéia de que subdesenvolvimento é desenvolvimento, “mas apenas em sua forma inacabada<sup>6</sup>” (RIST, 1996, p.123), faz parte da política de ‘descolonização’, que tem embutido um projeto de hegemonia econômica, onde “a solução, assim proposta, é verdadeiramente hegemônica, pois ela passa não somente pela melhor, mas pela única [solução] possível<sup>7</sup>” (RIST, 1996, p.127). Estabelece-se uma relação entre um estágio e outro de forma quantitativa, de onde fica claro porque a concepção de desenvolvimento se confunde com crescimento econômico e porque a ‘justa’ medida da evolução das nações seria o nível de crescimento do seu produto interno bruto (PIB).

No mundo rural, o ideário desenvolvimentista produziu a Revolução Verde e o ‘difusionismo’, responsável pela propagação de uma agricultura baseada em alta tecnologia, alta concentração de insumos e produtividade crescente. Nos locais onde o novo padrão agrícola foi implantado, foram introduzidas novas formas de racionalidade produtiva e novas formas de mercantilização, as quais romperam ‘radicalmente com o passado’ e com a autonomia que, de certa forma, caracterizava a agricultura (NAVARRO, 2002). Tais reflexos começam a ser sentidos a partir dos anos 1980 e ficam evidentes nos anos 1990 através da degradação ambiental, queda no nível de emprego ou demanda de mão-de-obra nas unidades agrícolas, e rendas cada vez menores percebidas pelo produtor (PLOEG, 1992; MARSDEN *et al.* 1996) *vis-à-vis* uma crise de excesso de produção que agrava, a cada ciclo produtivo, a situação do produtor no esquema do *treadmill* tecnológico em que se baseia o modelo.

### **‘O aumento da riqueza não impede o da pobreza’**

A partir de meados dos anos 1970, começa a transparecer que o desenvolvimento econômico não seria sinônimo de melhores condições de vida, menos ainda de ‘autonomia e justiça social’, como lamenta Souza (1995). Não se trata de negar que melhores condições de vida estão relacionadas ao incremento do poder aquisitivo, entretanto, o crescimento econômico foi tomado como um fim em si mesmo, como se a melhoria de condições sociais fosse uma consequência lógica. O que certamente não aconteceu.

Milton Santos ilustra, analisando o caso de Lima, no Peru, através de uma revisão acerca das teorias dos pólos de crescimento (F. Perroux), da urbanização deliberada (J. Friedmann) e da descentralização concentrada (L. Rodwin) e escreve o seguinte:

“A modificação das relações rurais-urbanas pela introdução da tecnologia moderna no campo, provoca um ‘processo progressivo de marginalização’ que pressiona os agricultores a abandonar o campo. Da

<sup>5</sup> “*une sorte de maladie*”

<sup>6</sup> “*mais seulement en sa forme encore inachevée*”

<sup>7</sup> “*la solution ainsi proposée est véritablement hégémonique car elle passe non seulement pour la meilleure, mais encore pour la seule possible*”

mesma forma a modernização desintegra a economia e a sociedade em todos os níveis. As vantagens locacionais para as atividades, o emprego, as elites e a população mudam em benefício do centro motor e desencadeiam poderosos movimentos migratórios. As atividades modernas que criam esse desequilíbrio são incapazes de fornecer empregos suficientes. [...] O aumento da riqueza não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço" (SANTOS, 2003, p. 81-82).

O autor toma por base a evolução do produto nacional *per capita*, salientando que tal não serve como indicativo de melhoria na condição de vida das pessoas, pois decompondo o índice, vê-se que ele demonstrou-se especialmente desfavorável aos setores rural e urbano tradicional, enquanto o único beneficiado foi o setor urbano moderno.

Sublinhamos sua crítica/constatação acerca do projeto 'modernizador'. O desenvolvimento, enquanto crescimento econômico produz riqueza, mas também é responsável pelo processo chamado 'desenvolvimento desigual'. Fica claro que a idéia de que existiria um *continuum* entre a condição de subdesenvolvimento e de desenvolvimento, e onde o crescimento econômico seria o caminho para superar as mazelas sociais, é ilusória.

Entretanto, se o modelo fordista era criador de desigualdades, em alguma medida, pressupunha a inclusão, ainda que parcial, das classes subordinadas no processo de desenvolvimento econômico, já que isso era fundamental para sua expansão. Situação que se altera com o processo de liberalização da economia, visto como decorrência da capacidade adaptativa do capital frente à rigidez do modelo fordista. A partir de então, "a emergência da globalização supõe a desconexão entre a expansão da acumulação capitalista e o crescimento econômico" (BONANO, MARSDEN, GRAZIANO, 1999, p.346); o que implica em concentração crescente de capital e desigualdades sociais que se acentuam.

Assim, chegamos aos anos 1990 com uma economia marcada pela hipermobilidade de capitais e pelo enfraquecimento do Estado-nação no controle do processo socioeconômico. No setor agrícola, isso se reflete na ação de grandes corporações transnacionais que comandam os processos produtivos, os quais reforçam o modelo baseado no *treadmill* tecnológico.

Será nesse contexto de crise, ou da percepção dos limites do projeto 'modernizador', que o debate sobre desenvolvimento amplia-se novamente. No concernente ao rural, ele irá avançar além da (i) dimensão agrícola, que diz respeito à base material da produção agropecuária; e do (ii) desenvolvimento agrário, que centra-se nas representações acerca do mundo rural e em suas relações com a sociedade maior; para o (iii) desenvolvimento rural (NAVARRO, 2002).

## **Desenvolvimento rural**

A definição do que seja desenvolvimento rural, se varia ao longo do tempo, também varia de acordo com as interpretações e ênfases metodológicas, entretanto, o que de comum há entre as diferentes propostas é a "melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final do desenvolvimento rural (adotando indicadores de ampla aceitação)" (NAVARRO, 2002).

O debate brasileiro sobre o assunto é considerado insipiente (NAVARRO, 2002) e ainda fortemente baseado no 'produtivismo', o qual se serve de um quadro onde: (i) há uma situação, no que concerne à segurança alimentar, longe de estar resolvida, (ii) uma posição frente ao comércio internacional que torna 'imperativa' a produção para exportação, para gerar saldos positivos na balança comercial, (iii) e uma brusca mudança no padrão demográfico, resultado do êxodo rural, onde um menor número de agricultores deve produzir para um contingente maior nas cidades.

Mas, se a discussão se restringe à dimensão agrícola, ainda assim não é possível ignorar os limites do modelo, e propor apenas a inserção de um maior número de famílias no campo. Segundo Filippi (2005, p.102), os "efeitos da 'revolução verde' podem ser decompostos em, pelo menos, quatro fenômenos interconectados", quais sejam (i) o aumento da mecanização nas atividades agrícolas, do qual decorre a maior produtividade do trabalho e a conseqüente diminuição da mão-de-obra utilizada; (ii) o aumento da utilização de fertilizantes químicos; (iii) a divulgação, por parte dos órgãos de pesquisa e extensão agropecuária, das modernas técnicas agrícolas; (ii) e (iii) estando relacionados com (iv) problemas ambientais, como poluição de mananciais de água, contaminação do solo, etc.

Certamente não se pode prescindir da dimensão produtiva, que ainda é considerada a *raison d'être* do rural, entretanto, considerá-la baseando-se tão somente no modelo vigente não nos parece adequado, nem desejável, dadas as limitações ambientais, produtivas, sociais, as quais evidenciam a necessidade de avançar no debate, considerando um quadro de análise mais abrangente.

Nesse sentido, o referencial de Marsden (2003) pode nos fornecer alguns indicativos. O autor apresenta as bases do que considera um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Ele parte da comparação de três dinâmicas: (i) dinâmica agro-industrial, (ii) dinâmica pós-produtivista e (iii) o desenvolvimento rural sustentável. Se o modelo agro-industrial baseou-se em economias de escala, produtos 'estandardizados', valor decrescente da produção primária e reduziu o espaço rural a um espaço agrícola; a dinâmica pós-produtivista foi um movimento de reação observado na Europa. A partir dele, o rural passa a ser valorizado como espaço de consumo de amenidades, o que claramente não acontece sem conflitos, já que ele é impulsionado principalmente pelas classes urbanas, pela pressão de movimentos sociais ligados ao meio ambiente; e onde a produção agrícola tende a ficar à margem.

Além dos dois modelos, o autor propõe uma outra via: a do desenvolvimento rural sustentável, que teria a capacidade de conciliar modos de produção e sustentabilidade ambiental, através da valorização de modos de produção baseados em pequena escala, de uma inserção diferenciada no mercado, quer por cadeias de comercialização curtas, quer por identificação de atributos de produção. Isso propicia a manutenção de sistemas agrícolas que promovam a sinergia dos fatores naturais, sendo menos danosos ao meio ambiente.

Entretanto, o autor será cauteloso, na proposição de um 'modelo'; ressaltando uma noção que marca seus trabalhos: a diversidade da agricultura. Assim, Marsden (2003, p. 244) assinala que as relações estabelecidas externa e internamente à propriedade, devem ser flexíveis, capazes de adaptar-se no tempo

e no espaço, pois não existe “apenas um modelo”<sup>8</sup>.

O desenvolvimento rural significaria um novo modo de desenvolvimento para a agricultura, mas não baseado em ‘novas coisas’, “um elemento particularmente decisivo será a combinação do ‘antigo’ e do ‘novo’<sup>9</sup>” (PLOEG, LONG, BANKS, 2002, p.13). A esfera produtiva deve estar considerada dentro da criação e consolidação de novas relações entre a agricultura e a sociedade, na criação de respostas para os problemas decorrentes do período de modernização e na reconstituição dos recursos rurais.

### A emergência do território

Outro aspecto que marca os estudos contemporâneos sobre o papel da agricultura e do espaço rural são as dinâmicas localizadas. De acordo com Benko, Dunford e Lipietz (1996), a revisão da teoria dos distritos industriais marca um rompimento com o estruturalismo global e com a teoria determinista do desenvolvimento ‘à la Rostow’, cujo ponto de partida foram as pesquisas de Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco sobre a ‘Terceira Itália’.

As pesquisas baseadas em formas de desenvolvimento endógeno marcam a emergência do território como unidade de análise de arranjos econômicos, refletindo a crise do projeto ‘modernizador’ e ganhando maior força em um momento que Navarro (2002) define como marcado pela ‘sensação’ de *impossibilidade de desenvolvimento*. A partir de então, elementos como descentralização, flexibilidade de processos produtivos, participação dos atores, força dos laços sociais, cooperativismo, estarão no centro do discurso do ‘desenvolvimento’, tanto relacionados à academia, quanto aos governos e órgãos de financiamento internacional.

Os estudos sobre a ‘Terceira Itália’ demonstraram que o desenvolvimento da região foi baseado no modelo chamado industrialização difusa. As abordagens colocam em evidência, então, a ampliação da noção setorial, e a consideração do fator humano e das organizações dos atores locais (SCHNEIDER, 2003). Nesse ponto, a família e os laços sociais serão destacados como tendo um papel relevante nas dinâmicas produtivas, onde o ‘espaço’ também será evidenciado como componente ativo nas formas de organização econômica e social. O espaço, entretanto, é ‘espaço construído’, construído por laços sociais, heranças históricas, relações de confiança, e que é ulterior à ótima alocação de recursos.

“A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa de laços que vão além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações de raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2001).

Papel esse que servirá de pano de fundo a abordagens, tais como a dos

<sup>8</sup> “ *there is no one model*”

<sup>9</sup> “ *a particularly decisive element will be the combination of the ‘old’ and the ‘new’*”

Sistemas Produtivos Localizados, da escola francesa, onde a importância do território se dá por constituir-se o ponto de encontro dos atores. “Ele é também o local onde se organizam, voluntariamente ou de maneira espontânea, as formas de cooperação entre as empresas, os indivíduos e as atividades. Ele é, enfim, o ponto onde se encontram as formas regulação mercantil e social<sup>10</sup>” (ABDELMAKI, COURLET, 1996, p.14).

Essa abordagem requer a ampliação das categorias de análise além dos enfoques mercantis e setoriais (SABOURIN, 2002), e nesse ponto residirá talvez a maior virtude das análises territoriais, pois os arranjos são considerados através de sua capacidade de gerar bens materiais, mas também estando influenciados por valores e laços sociais, e por suas formas de coordenação e regulação estarem marcadas por relações comunitárias. O que perpassa os estudos que tomam a concentração de PMEs como base será justamente a característica de as atividades econômicas estarem *'embedded'* na vida das comunidades.

## SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS – HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES

Do processo de modernização agrícola, destacamos a ‘desconexão’ entre os sistemas produtivos e a natureza, a industrialização do trabalho, do tempo e do espaço, e a padronização em contraste com a produção de bens que contém atributos e especificidades locais, naturais e culturais (PLOEG, 1992). Entretanto, nem a modernização agrícola, nem a globalização da economia foram capazes de eliminar traços culturais específicos, sistemas de produção tradicionais, produção de bens artesanais. Ainda, o contexto permite uma inserção diferenciada de produtos e produtores tradicionais no que Ploeg *et al.* (2000) caracterizam como o novo paradigma do desenvolvimento rural, onde o desenvolvimento deve ser operacionalizado *também* ao nível de unidades produtivas individuais. “Nesse nível, o desenvolvimento rural emerge como uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, interrelações e redes<sup>11</sup>” (op.cit, p.393).

Dentro desse novo paradigma do desenvolvimento, a diversidade é tida como uma resposta do produtor ao modelo dominante de oferta de tecnologia (JUSTE-CARRION, 1998; RENARD, 2005), não sendo o fenômeno individual, mas socialmente construído, no qual a cultura é um fator relevante para compreender as formas de coordenação internas e externas que são estabelecidas (PLOEG, 1992).

A heterogeneidade é um traço dos Sistemas Produtivos Localizados (REQUIER-DESJARDINS, 2002), assim, nessa seção centraremos nossa análise nos Sistemas Agroalimentares Localizados, que são uma forma particular de SPL. Destacaremos as relações horizontais e verticais que marcam sua produção e consumo, pois, diferentemente da imagem de um grande número de produtores e

<sup>10</sup> “Il est aussi le lieu où s’organisent, volontairement ou de manière spontanée, les formes de coopération entre les entreprises, les individus et les activités. Il est, en définitif, le point de rencontre entre les formes de marche e les formes de régulation sociale.”

<sup>11</sup> “At this level, rural development, emerges as a redefinition of identities, strategies, practices, interrelations and networks.”



uma grande concentração de indústrias internacionais, comum, sobretudo em países em desenvolvimento, existe, nesses países, uma dinâmica em torno de pequenas agro-indústrias que requer mais esforço de pesquisa (REQUIER-DESJARDINS, BOUCHER, CERDAN, 2003). O caso da produção de queijo na Região de Nossa Senhora da Glória, em Sergipe (CERDAN, SAUTIER, 2002; ABRAMOVAY, 2003), ou da Região da Cajamarca, no Peru (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002) são ilustrações profícuas, no sentido de demonstrar a geração de externalidades positivas (BILLADOUT, 2002) através da produção do queijo, sendo cada sistema muito distinto do outro.

### **Sistemas agroalimentares localizados, espaço, comunidade e produção de valores**

A noção de distritos industriais de Alfred Marshall, aplicada a diferentes contextos e agrupamentos de atividades, deu origem a duas escolas principais: a anglo-saxã, que utiliza o conceito de 'clusters' e a francesa, que desenvolveu a abordagem dos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) (LEVÉSQUE, BOURQUE, FORGES, 2001).

Quatro elementos são importantes para fundamentar o conceito: o sentimento de pertencimento, a transmissão dos saberes implicitamente, o efeito permanente, e a importância dos atores individuais. A proximidade geográfica nesse tipo de arranjo diminui os custos de transação, favorece a confiança entre os agentes e a organização em torno de um espírito de 'concorrência-cooperação'; onde a identidade territorial não é apenas uma condição já estabelecida, mas é construída pela ação coletiva e favorecida pelo compartilhamento de valores comuns, hábitos, experiências históricas, identidade, e pelas relações de confiança (PEQUEUR, 1992; BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002; REQUIER-DESJARDINS, BOUCHER, CERDAN, 2003). Assim, os SPLs são produtores de externalidades específicas, tais como integração territorial, articulações técnicas e tecnológicas em torno da produção de um mesmo produto, cooperação e troca de informações (AZEVEDO, 1996).

Os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) estão relacionados com a existência de uma concentração espacial de Agro-Indústrias Locais (AIR). A concentração de AIR pode ser induzida através de ações de planejamento de instalações de unidades processadoras, ou pode ocorrer 'espontaneamente', como expressões de subsistência e formas de acumulação de 'economias camponesas'. Entretanto, deve-se avaliar não apenas a concentração de unidades e a geração de externalidades, mas a sua capacidade de ativação coletiva (REQUIER-DESJARDINS, BOUCHER, CERDAN, 2003).

Os SIALs são definidos como "organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícolas, empresas agro-alimentares, comerciais, de serviços,...) associadas por suas características e seu funcionamento a um território

específico<sup>12</sup>” (MUCHNIK, SAUTIER, 1998 *apud* BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002, p.4), território esse que é compreendido como um “espaço construído histórica e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada por laços de proximidade e de pertencimento a esse espaço<sup>13</sup>” (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002, p.4).

A especialização do SIAL ocorre quando existe um *savoir-faire* específico, onde um processo de transformação emerge de uma área determinada e o relacionamento entre os atores é construído, influenciado pela experiência histórica e sua capacidade de identificação com um território específico (REQUIER-DESJARDINS, BOUCHER, CERDAN, 2003), que favorecem a acumulação de um patrimônio cultural para a coletividade (AZEVEDO, 1996).

A partir da concentração de AIR, a construção de um recurso territorializado, originado por uma ação coletiva e coordenado localmente, permitirá ao SIAL a passagem de um estado passivo a um estado ativo, pois tal recurso permite valorizar a qualidade dos produtos e a relação destes com sua origem através de uma construção coletiva dos seus atributos (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002). Assim, as relações de produção que emergem dentro de um SIAL estarão *'embedded'* em dupla rede, e arrançadas:

- horizontalmente, ao nível territorial, envolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, instituições locais, saberes locais.
- verticalmente, em uma cadeia alimentar, com a comercialização condicionando o mercado e o consumo.

Entretanto, os fluxos não são independentes, porque aludem a valores de qualidade e tipicidade, que se baseiam não apenas em características do processo de produção agrícola, mas também em características culturais e ambientais do território rural. Ao mesmo tempo, a 'qualidade' será reconhecida pelo consumidor sempre que essa possa relacionar o produto a (i) um tipo de gestão/manejo de recursos e (ii) a um processo de fabricação baseado em redes sociais, instituições locais e/ou *savoir-faire* específico (REQUIER-DESJARDINS, BOUCHER, CERDAN, 2003). Assim, se a consolidação do SIAL depende da relação com os consumidores (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002), fica claro que tal relação não se restringe ao intercâmbio simples, no senso estrito da economia.

Nessa breve caracterização dos SPL e SIAL, pretendemos salientar dois elementos que marcam a abordagem: o espaço, e seus laços sociais. Esses dois elementos constroem as horizontalidades do território e permitem avançar para além de 'custos de transação', 'custos de transporte', 'difusão de informações'. O espaço será preenchido por pessoas.

“Eles redefinem então o conceito de 'distrito industrial como 'entidade socio-territorial' caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num espaço geográfico e histórico determinado. No distrito [...], existe uma tendência à osmose perfeita entre comunidade local e

<sup>12</sup> “*organisations de production et de services (unités de production agricoles, entreprises agro-alimentaires, commerciales, de service, de restauration...) associées de par leurs caractéristiques et leur fonctionnement à un territoire spécifique*”

<sup>13</sup> “*espace construit historiquement et socialement, où l'efficacité des activités économiques est fortement conditionnée par les liens de proximité et d'appartenance à cet espace*”

empresas<sup>14</sup>” (BECATTINI, 1992, p. 36, *apud* BOUCHER, 2004, p.109).

Entretanto, as verticalidades são também constituídas para além de um fluxo de produtos e insumos, pois há um ‘movimento’ de bens não tangíveis que se faz chegar ao consumidor. As verticalidades aparecem fortemente mescladas às horizontalidades.

Percebe-se, assim, que a apreensão de tais processos de regulação, que envolvem produção e consumo, nesse tipo de abordagem, necessita de modelos explicativos que considerem espaço, história, valores sociais, além de interações econômicas. Motivo pelo qual consideramos válido o aporte teórico de Polanyi e da Economia Substantiva para analisar tais arranjos sócio-econômico-produtivos.

### **ECONOMIA SUBSTANTIVA - *EMBEDDEDNESS***

O desafio de Karl Polanyi, segundo Douglass North, é demonstrar que na história do mundo ocidental, a não ser por um período breve de tempo, os mercados dominam a alocação de recursos. Assim, todo o aparato, tanto neoclássico, quanto marxista não dá conta de explicar senão de “uma ínfima porção de uma longa história de 5.000 anos<sup>15</sup>” (NORTH, 1997, p. 51).

Entretanto, tal transformação teve tamanho impacto que foi capaz de enraizar crenças que, não sendo mais que produtos de uma época, foram tomados como axiomas. Entre os principais, que o desejo humano seria determinado por satisfações materiais, e que a sociedade se encontraria submersa em um sistema econômico, e não o oposto. O que está por detrás das críticas é o ideário do *laissez-faire* e dos modelos econômicos baseados no auto-interesse e na maximização dos ganhos individuais. Polanyi descreve tal conjunto de pressupostos como uma falácia economicista, “a economia consistia agora em mercados, e o mercado envolvia a sociedade<sup>16</sup>” (1977a, p.9). Polanyi

“estava basicamente preocupado em mostrar que o mercado era uma entre inúmeras formas que assumia a coordenação social na luta pela sobrevivência da espécie e se insurgia contra a tendência, de fato dominante na sua época, de fazer dele a expressão máxima da racionalidade econômica” (ABRAMOVAY, 2004).

As observações se dirigem, tanto ao ‘liberalismo utilitarista’, quanto ao ‘marxismo vulgar’, porque Polanyi os julgava por demais simplificadores da realidade: com “relação ao homem fomos levados a aceitar a heresia que suas motivações podem ser descritas como ‘materiais’ e ‘ideais’, e que os incentivos sobre os quais nossa vida cotidiana está organizada provém das motivações

<sup>14</sup> “*Ils redéfinissent alors le concept de ‘district industriel’ comme ‘une entité socio-territoriale’ caractérisée par la présence active d’une communauté de personnes et d’une population d’entreprises dans un espace géographique et historique donné. Dans le district, [...], il tend à y avoir osmose parfaite entre communauté locale et entreprises’*”

<sup>15</sup> “*une portion infime d’une histoire longue de 5.000 ans*”

<sup>16</sup> “*the economy did now consist of markets, and the market did envelop society*”

'materiais'" (POLANYI, 1977d, p.8).

Mas, além da falácia economicista, a economia é abordada como um processo constituído de interações, servindo às necessidades materiais, e também como parte vital de toda comunidade, sem o que, não seria possível pensar a sociedade. "A economia substantiva deve ser compreendida como sendo constituída em dois níveis: o primeiro como uma interação entre o homem e seu entorno, e o seguinte como a institucionalização desse processo<sup>17</sup>" (POLANYI, 1977b, p.31).

Simplificadamente, os sistemas de interação material destinados à 'sobrevivência' poderiam ser divididos em dois tipos de transações: locacionais e apropriativas, que podem ocorrer simultaneamente ou não; a primeira consistindo em mudança de 'lugar', e a segunda, referente à mudança de 'mãos'. Entretanto, o início do processo ocorre com a produção, e a economia deveria então compreender o homem enquanto coletor, caçador, criador, artesão, consumidor, tanto quanto a natureza e as decorrentes 'interpenetrações' de ambos. Em que pese à crítica de que Polanyi não tenha um quadro conceitual para analisar os processos de produção (LOPES, 1971), o autor defende que cada etapa do processo, cada interação, não existe separadamente; portanto, a economia deveria operar no nível 'interacional' (POLANYI, 1977b).

O que o autor busca é ampliar o sentido de economia para além dos dogmas neoclássicos e apreender os processos de produção e trocas estando relacionados ao atendimento de necessidades, não individuais, mas comuns; e, sobretudo, inseridos em um tecido social, onde história, cultura, valores humanos fazem diferença. A 'economia de Polanyi' tem o foco na reprodução social, sua função básica é exatamente a reprodução da sociedade, onde poder, valor e trocas, na realidade são manifestações da sociedade em sua necessidade de reproduzir-se (STANFIELD, 1980; LOPES, 1971), o que fundamenta sua noção de 'embeddedness', de uma economia submersa na sociedade, e não o oposto.

O sentido de 'embeddedness' bem pode ser apreendido pela seguinte idéia:

"Se a sobrevivência material do homem for resultado de uma mera coleção de motivos - não possuindo nem uma localização definida no tempo e no espaço (isto é, unidade e estabilidade), nem pontos de referência (isto é, estrutura), nem modos definidos de ação em relação ao todo (isto é, função), nem meios de ser influenciado pelos objetivos de uma sociedade (isto é, relevância política) – ela nunca poderá atingir a dignidade e importância da economia humana<sup>18</sup>" (POLANYI, 1977b, p.34).

### As 'caixas pretas' e as contribuições de Polanyi

Se Polanyi sublinha a necessidade de ampliar a base analítica da economia, ao analisar as formas de regulação das sociedades, quando descreve aquela

<sup>17</sup> *"The substantive economy must be understood as being constituted on two levels: one is the interaction between man and his surroundings, the other is the institutionalization of that process."*

<sup>18</sup> *"If the material survival of man were the result of a mere fleeting chain causation – possessing neither definite location in time or space (that is, unity and stability), nor permanent points of reference (that is, structure), nor definite modes of action in regard to the whole (that is, function), nor ways of being influenced by societal goals (that is, policy relevance) – it could never have attained the dignity and importance of human economy."*

operada pelo mercado, o faz nos termos neoclássicos. Resumindo, as formas de regulação são: a reciprocidade, que operaria em uma estrutura de simetria; a redistribuição, que operaria em uma estrutura de centralidade; e as trocas, que se realizam pelo mercado. As trocas são descritas como: “um movimento de duas vias de bens, entre pessoas orientadas pelo ganho<sup>19</sup>” (POLANYI, 1977c, p.42; POLANYI, 1980). Talvez por isso cobra-se de Polanyi não ter aberto a ‘caixa-preta’ do mercado para examinar seus vínculos sociais; ao mesmo tempo em que ele teria superestimado o nível de ‘embeddedness’ no que concerne a sociedades primitivas e o subestimado nas sociedades capitalistas (GRANOVETTER, 1985; LEVÉSQUE, BOURQUE, 2001; ABRAMOVAY, 2004).

Talvez Granovetter (1985) esteja correto ao afirmar que o ‘nível de embeddedness’ fosse menor do que os substantivistas supunham em sociedades não mercantis, e que tal nível tenha mudado menos com a ‘modernização’ do que estes acreditam. Algo que poderia parecer paradoxal pode ilustrar tal afirmação: Abramovay (1998) faz referência a Polanyi, em seu ‘Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão’, para analisar as sociedades camponesas, entretanto, recentemente, analisando as principais correntes da Nova Sociologia Econômica, o autor afirma que algumas das mais profícuas pesquisas na área da ciência econômica são justamente aquelas que se contrapõem ou enriquecem a visão neoclássica da economia, “exatamente por sua preocupação com aquilo que desde os trabalhos pioneiros de Karl Polanyi vem sendo chamado ‘embeddedness’, imersão da economia na vida social” (ABRAMOVAY, 2004).

Assim, apesar das críticas de que Polanyi não teria aberto a caixa preta dos mercados, mas também tivesse se “recusado a entrar no laboratório secreto da produção” (LOPES, 1971, p.58), a sua contribuição para abordagens, como as diferentes correntes da Nova Sociologia Econômica, seria justamente apontar as debilidades e as lacunas das teorias disponíveis para analisar a configuração das sociedades, tanto pré-capitalistas, quanto capitalistas.

Em ‘A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil’, Polanyi (1977c, p.16) indicava a necessidade de

“restauração daquela unidade de motivos que devem informar o homem na sua atividade cotidiana de produtor, para a reabsorção do sistema econômico na sociedade, para a adaptação criadora das nossas maneiras de viver em um ambiente industrial. [...] Hoje enfrentamos a tarefa fundamental de restituição à pessoa humana de sua integridade, ainda que isto signifique uma sociedade tecnologicamente menos eficiente”.

Note-se que ele não aponta a necessidade de uma mudança de sistema, pois, e talvez mais relevante, seja superar a falácia economicista que foi responsável por desvincular o ‘econômico’ “do resto da sociedade, para vir a ser o reino da fome e do ganho”, e restaurar uma idéia tão antiga quanto Aristóteles, de que “o homem não é um ser econômico, mas um ser social”, pois “a economia do homem encontra-se, regra geral, submersa nas suas relações sociais” (POLANYI, 1977d, p.11).

Dentro desse quadro analítico, nos parece adequada e compatível tal

<sup>19</sup> “a two-way movement of goods between persons oriented towards the gain”

'abordagem econômica' para analisar os Sistemas Agroalimentares Localizados e seu potencial em uma proposição de desenvolvimento rural sustentável, no senso de Marsden.

## EMBEDDEDNESS, SPL E DESENVOLVIMENTO RURAL

Em princípio, o que une os Sistemas Produtivos Localizados à 'economia substantiva' é a forma de abordagem das relações econômicas, inseridas em um contexto social, onde a chave é a reprodução social e não o lucro, relação que pretendemos analisar nessa seção.

De Polanyi e da economia substantiva, dois elementos são destacados, a **relação 'embeddedness'** e a **forma de integração da economia**, ou seja, como esta é instituída na sociedade. Dentro da abordagem dos SPLs, o que liga tais arranjos aos conceitos de Polanyi é a noção de **território**, pois subjacente ao território, está o maneira como as **horizontalidades** e **verticalidades** são constituídas, sendo ilustrativo do caráter 'embeddednes', e de onde partiremos para justificar porque tal arranjo seria adequado quando pensamos em formas de **desenvolvimento rural** sustentáveis.

Como vimos, o 'território' pautará muitos dos estudos contemporâneos baseados em dinâmicas de desenvolvimento endógenas, entretanto, o espaço será constituído enquanto o *locus* das relações sociais, base dos recursos naturais e meios de produção. Ao mesmo tempo em que o sentimento de pertencimento e valorização de identidades reforçam laços sociais, os mesmos estarão subjacentes e dinamizando as atividades econômicas. O que leva Pecqueur (1992, p. 74) a afirmar que "o território resultante dessa configuração emerge do encontro de dois mundos: a sociedade [...], e a comunidade [...], isto é, da combinação entre relações estritamente mercantis com formas de cooperação baseadas na confiança<sup>20</sup>".

O território permite a mediação entre o indivíduo, o exterior e formas de coordenação onde é possível desdobrar múltiplas justificativas de ação: doméstica, mercantil, civil, industrial. Devido ao caráter abrangente, o efeito territorial aparece, então, como um recurso estratégico dos atores econômicos, o que será chamado de territorialidade (PECQUEUR, 1992). Assim, a partir do território é possível vislumbrar no SIAL três dimensões indissociáveis: econômica, territorial e social (JUSTE CARRION, 1998). Será na fusão das três dimensões que se expressa o caráter 'embeddedness' do SIAL, bem como a forma de integração das atividades econômicas com os valores sociais, com a identidade cultural e com os laços comunitários e sua orientação para a reprodução social.

A forma como se constituem as relações de produção do SIAL, entendidas como os fluxos horizontais e verticais de produção, é o fator que nos permite justificá-lo enquanto contributivo para um 'modelo' de desenvolvimento rural sustentável do ponto de vista ambiental e social. Considere-se o argumento de Milton Santos (1994, p.20), que sustenta que realçar as horizontalidades significa a

<sup>20</sup> " *le territoire qui résulte de cette configuration émerge de la rencontre de deux mondes : la société [...], et la communauté [...], c'est à dire, en d'autres termes, de la combinaison entre des relations strictement marchandes avec des formes de coopération fondées sur la confiance* ".

“possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade. [...] As uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras”.

O SIAL - por relacionar sua produção com o território e inserir-se no mercado de forma diferenciada, já que suas relações de produção estão marcadas, de um lado, pela articulação entre recursos naturais, território, e produção agrícola; e de outro, por relações específicas estabelecidas com os consumidores; teria a capacidade para operar a ampliação a que se refere Milton Santos. Ou seja, atuando como vetor entre a produção agrícola ligada a um território e seus consumidores através da qualificação de seus produtos (BOUCHER, 2004).

Agregando à noção de desenvolvimento rural sustentável, a qual teria a capacidade de conciliar modos de produção e sustentabilidade ambiental, através da valorização de produção em pequena escala, o que se propõe, simplificada, são formas de produção que, tanto favoreçam, quanto sejam favorecidas pela sinergia das atividades agropecuárias, que proporcionem bons rendimentos agrícolas, e, ao mesmo tempo, a reprodução dos recursos naturais. Tal formato poderia ser atingido através de formas de comercialização que valorizem tais modos de exploração agropecuária, as quais permitam ao produtor ‘sair’ do esquema do ‘treadmill’ que gera rendimentos decrescentes, em face de aumentos crescentes de produtividade. Assim, assinalamos a importância da combinação entre a extensão do mercado de proximidade e a valorização de recursos específicos. “Essa característica permite impulsionar a produção local com a garantia mínima de poder satisfazer, ao mesmo tempo, as necessidades fundamentais da população<sup>21</sup>” (ABDELMAKI, COURLET, 1996, p.18).

Embora os autores não explicitem o que é entendido por necessidades fundamentais, podemos inferir sucintamente que tal passe pela observação da preservação dos recursos naturais, por uma remuneração capaz de garantir condições de vida dignas, um modelo capaz de reproduzir-se de forma sustentável economicamente, entre outros.

Sintetizando, “precisamos de novos modelos de comportamento produtivo e relações que estejam enraizadas em contextos sociais, ambientais e políticos<sup>22</sup>” (MARSDEN, 2003, p.250). Dentro dessa proposição, em face à explanação e argumentação, propomos que o SIAL fornece pistas interessantes para se pensar em um desenvolvimento rural sustentável, sendo um dos caminhos pelos quais o novo modelo de negócios que alude Marsden pode ser construído.

---

<sup>21</sup> *“Cette caractéristique permet de donner un impulsion à la production locale avec la garantie minimale de pouvoir satisfaire, au même temps, les besoins fondamentaux de la population.”*

<sup>22</sup> *“we need new constructed models of business behaviour and relationships which are embedded in the social, environmental and political contexts”*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos pertinente resgatar a obra de Polanyi, trazendo os elementos que caracterizam a economia substantiva para ressaltar a abordagem do SIAL enquanto referencial para análise de dinâmicas endógenas que inscrevemos em um paradigma de desenvolvimento rural sustentável. Assim, sugerimos algumas contribuições da obra de Polanyi, sem evidentemente esgotá-la, mas nos atendo aos elementos pertinentes a esse trabalho; o mesmo no concernente às limitações.

Por outro lado, o debate acerca do que orienta processos de desenvolvimento rural, contemporaneamente, se leva, e deve levar, em consideração a produção agrícola, deverá considerar as dimensões sociais, ambientais e econômicas sob outra perspectiva, que não apenas o aumento de produtividade, pois seus resultados se revelaram excludentes, prejudiciais ao meio ambiente, e economicamente insatisfatórios. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento sustentável contribui para nossa análise.

Há, evidentemente, que se ponderar que um processo de qualificação de oferta se apresenta como alternativa para produção em pequena escala e em regiões rurais marginais, possivelmente, e ou provavelmente, não é o caminho por onde todos os problemas de exclusão e pobreza rural deverão ser sanados. Entretanto, o que julgamos como contribuição do trabalho, e onde caberia um maior aprofundamento, seria abordar o tecido social que anima as formas de organização econômica caracterizadas como SIAL a partir dos elementos da economia substantiva, examinando especialmente as relações de produção e consumo em seu entorno e a forma de integração da atividade econômica na vida social.

O que procuramos foi, através da economia substantiva e das variáveis do desenvolvimento rural, analisar se tal proposição não se constitui 'mais do mesmo', onde consideramos que as forças sociais subjacentes a tais arranjos podem ser consideradas o elemento que os distingue; acrescido de um uso menos intensivo e mais sustentável de fatores ambientais e da mão-de-obra, aliados à melhor remuneração ao produtor. Ressaltamos que o SIAL pode ser virtuoso do ponto de vista da ativação social devido a sua qualidade de estar 'embeddedness' na comunidade, o que também não significa que, dele, não resultem processos que sejam excludentes.



---

## On rural development: localized productive systems under Karl Polanyi

### ABSTRACT

From the development conception seen as economic growth to the new paradigms of rural development, the role of agricultural activity in the western developed societies has been experiencing significant changes. In this context, territorial approaches have intended to overcome sector analyses in the rural world, underlining social and environmental questions. This paper has the objective of analysing one of these approaches, the Localized Food System – SYAL, under the substantive economy theory of Polanyi, focusing on the social reproduction of rural communities.

**Keywords:** rural development, substantive economy, localized productive systems, territory, Polanyi.

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELMAKI, L. e COURLET, C. Introduction. In: *Les Nouvelles Logiques du Développement*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 11-21.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 2ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e Desenvolvimento Territorial. *Gazeta Mercantil*, 15 de abril de 2001, p. A3.
- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: Mercados e Interação Humana nas Ciências Sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.16, n.2, 2004. p. 35-44.
- AZEVEDO, B. Développement Local: Industrie, Famille et Territoire. In: ABDELMAKI, L e COURLET, (org.). *Les Nouvelles Logiques du Développement*. Paris: L'Harmattan, 1996. p.189-203.
- BECATTINI, G. Le district marshallien: une notion socio-économique. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (org.) *Les Régions qui Gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BENKO, G., DUNFORD, M., LIPIETZ, A. Les Districts Industriels Revistés. In: PECQUER, B. (ed.) *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 119-34.
- BILLAUDOT, B. Patrimoines Productifs, Secteur et Territoire. *Géographie, Économie, Société*, vol. 04, 2002. p. 259-303.
- BONANO, A., MARSDEN, T., GRAZIANO, J. Globalização e Localização: Elementos para Entender a Reestruturação dos Espaços Rurais. In: CAVALCANTI,

- J.S.B. (org). *Globalização, Trabalho e Meio Ambiente. Mudanças Socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação*. Recife: Ed. da UFPE, 1999.
- BOUCHER, F. *Enjeux et Difficultés d'une Stratégie Collective d'activation des Concentrations d'agro-Industries Rurales, Le cas des Fromageries Rurales de Cajamarca, au Pérou*. Paris: Université de Versailles / Saint Quentin En Yvelines, 2004 (Tese de Doutorado em Economia).
- BOUCHER, F. e REQUIER-DESJARDINS. D. La Concentration des Fromageries Rurales de Cajamarca: Enjeux et Difficultés d'une Stratégie Collective d'Activation Liée à la Qualité. In: COLLOQUE SYAL. Montpellier: 16-18 out. ANAIS... 2002. CD ROM
- BRYDEN, J et al. Differential Economic Performance in Rural Areas. *International Conference on European Rural Policy at the Crossroads*. University of Aberdeen, Kings College: The Arkleton Centre for Rural Development Research. June 29-July 1. 2000. Disponível em: <<http://www.abdn.ac.uk/arkleton/doradocs/doradocs.shtml>>
- CERDAN, C. e SAUTIER, D. Construction Territoriale de la Qualité des Produits de l'Élevage dans le Nordeste Brésilien. In: COLLOQUE SYAL. 2002, Montpellier: 16-18 out. ANAIS...1 CD ROM
- FILIPPI, E. *Reforma Agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, vol 91, issue 3, 1985. p. 481-510.
- JUSTE CARRION, J.J. Systèmes Productifs Locaux et Marché Global: Le Cas de Castilla y Leon. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n.5, 1998, p.749-64.
- LEVÉSQUE, B., BOURQUE, G.L. e FORGES, E. *La Nouvelle Sociologie Économique: originalité et diversité des approches*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.
- LOPES, J.S.L. Sobre um Debate da Antropologia Econômica: A Economia Política de Polanyi. In: *Revista América Latina*, Rio de Janeiro, ano 14, n.3/4, 1971. p. 43-59.
- MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*. Assen (Netherlands): Van Gorcum, 2003.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, v.16, n.44, 2002.
- NORTH, D. Le Défi de Karl Polanyi, le Marché et les Autres Systèmes d'Allocation des Ressources. *Revue du Mauss*, n. 10, 1997. p. 51-64.
- PECQUEUR, B. Territoire, Territorialité e Développement. In: Industrie et Territoire: les Systèmes Productifs Localisés, Grenoble: IREP-D, ANAIS... 1992. p. 71-88.
- PLOEG, J.D van der. The Reconstitution of Locality: Technology and Labour in the Modern Agriculture, In: WHATMORE, S., LOWE, P., MARSDEN, T. (org.). *Labour and Locality. Uneven Development and the Rural Labour Process*. London: David Fulton Publishers, 1992.
- PLOEG, J.D. van der, LONG, A. e BANKS, J. The Rural Development: the State of the Art. In: PLOEG, J.D. van der, LONG, A. e BANKS, J. *Living Countrysides: Rural Development in Europe – the State of the Art*. Netherlands: Elsevier, 2002.

- PLOEG J.D. van der et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40 (4), 2000. p. 391-407.
- POLANYI, K. The Economist Fallacy. In: PEARSON H. W. (ed.) *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press Inc., 1977a.
- POLANYI, K. The Two Meanings of Economy. In: PEARSON H. W. (ed.) *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press Inc., 1977b.
- POLANYI, K. Forms of Integration and Supporting Structures. In: PEARSON H. W. (ed.) *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press Inc., 1977c.
- POLANYI, K. A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil. In. *Revista Trimestral de História das Idéias*. Porto (Portugal), v.1, 1977d, p. 7-20.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RENARD, M.-C. Quality Certification, Regulation and Power in Fair Trade. *Journal of Rural Studies*, v.21, 2005. p. 419-31.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: Cuales Puesta? *X Aniversario de PRODAR*, Quito: nov 1999. Disponível em: <<http://www.prodar.org/cd.htm>>.
- REQUIER-DESJARDINS, D., BOUCHER, F. e CERDAN, C. Globalization and the Evolution of Production Systems: Rural Food-Processing and Localized Agri-Food System in Latin-American Countries. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 15, n 1, p. 49-67, 2003.
- RIST, G. *Le Développement: Histoire d'une Croyance Occidentale*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial. Conceitos, Estratégias e Atores. In: SABOURIN, E. TEIXEIRA, O.A. (org). *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais*. Brasília: Embrapa, 2002.
- SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. e SILVEIRA, M.L. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, M. A Periferia está no Pólo: o Caso de Lima, Peru. In: SANTOS, M. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 75-124.
- SCHNEIDER, S. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e Suas Articulações Externas. In: Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza: 16-19 de nov. ANA/S... 2003.
- SOUZA, M.J.L. O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116
- STANFIELD, J. R. The Institutional Economics of Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, vol. 14, 1980. p. 593-614.